

As mulheres e a gestão da máquina estatal — estudo sobre a situação das mulheres na Administração Pública, no Distrito Federal

Rita Matos Coitinho*

Introdução

A participação das mulheres no mundo do trabalho vem crescendo, nas últimas décadas, como fruto das transformações sociais que avançam a passos largos. Ser dona-de-casa hoje já não é aspiração da imensa maioria das mulheres. Alguns fatores influenciam para essa nova visão de mundo feminina. O feminismo, movimento surgido na segunda metade do século XX, trouxe à tona a discussão da igualdade entre os sexos e da emancipação da mulher. Essa emancipação significa que a mulher deve ser senhora de seu próprio corpo, podendo decidir quando e quantos filhos quer ter, possibilidade esta proporcionada pelo avanço da ciência, com os novos métodos contraceptivos — em especial, a pílula anticoncepcional. Significa, ainda, que a mulher deve ter uma carreira profissional, dividindo com o marido as tarefas da casa e a responsabilidade da renda familiar. Um outro fator que empurrou muitas mulheres para o mercado de trabalho, principalmente nos últimos 20 anos, foi a crise econômica que vem atingindo a maioria das famílias, não sendo mais possível manter o lar com uma única fonte de renda.

Contudo, apesar dessas mudanças significativas na visão de mundo dos brasileiros, as mulheres ainda recebem salários menores que os dos homens, e o desemprego é mais sentido por elas do que por eles. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho fez com que a taxa de desemprego entre as mulheres aumentasse. Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal¹, por exemplo, em agosto de 1992, o desemprego afetava 16,4% dos homens, enquanto 21,3% das mulheres se encontravam nessa situação. A diferença manteve-se oito anos depois, com 13,7% para os homens e 18,2% para as mulheres. No mês de agosto de 2004, a taxa de desemprego verificada entre os homens foi de 17,6% e de 23,1% para o gênero feminino.

Em relação aos rendimentos, a diferença entre os sexos também é grande. No mês de julho de 1992, as mulheres tinham renda média de R\$ 1.111,00; e os homens, de R\$ 1.613,00,² ou seja, as mulheres recebiam 68,9% da renda média masculina. Em agosto de 2004, os rendimentos auferidos pelos trabalhadores do sexo masculino foram, em média, de R\$ 1.392,00; e, para os do sexo feminino, de R\$ 1.044,00, o que significa 75% dos rendimentos dos homens. É interessante notar que, no mês anterior (junho de 2004), a relação rendimento feminino sobre o masculino era de 70,5% e, em maio do mesmo ano, era de 69,5%. Houve, portanto, uma significativa mudança nessa relação no período de apenas um mês. Essa modificação parece se dar devido ao crescimento da participação feminina na Administração Pública Federal, conforme veremos neste artigo.

* Socióloga, analista da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal (PED-DF).

¹ Convênio DIEESE, Secretaria do Trabalho do Distrito Federal, Fundação SEADE-SP e MTE/FAT.

² A preços de agosto de 2004.

O Distrito Federal, que abriga a capital do País há pouco mais de quatro décadas, é marcado pela importância da Administração Pública no número total de empregos. Contudo o setor serviços vem crescendo e hoje representa uma fatia importante do mercado de trabalho do Distrito Federal, que já deixou de ser uma unidade da Federação onde a principal atividade é o serviço público, como foi no passado. Porém a Administração Pública ainda é um setor importante na região. Faremos, a seguir, um estudo detalhado da participação do sexo feminino na Administração Pública, no Distrito Federal, tanto no plano federal como no Governo do Distrito Federal (GDF).

1 - A participação das mulheres na Administração Pública

Em termos percentuais, a participação das mulheres na Administração Pública cresceu pouco nos últimos 12 anos.³ Na Administração Federal, as mulheres eram 35% dos trabalhadores em 1992 e 28,6% na Administração do GDF. Em 1993, o número total de trabalhadores na Administração Pública Federal pulou de 37,8 mil para 78,3 mil, e as mulheres passaram a ocupar 39,6% das posições. Em 2000, o número de empregados na Administração do GDF passou de 48,6 mil para 59,2 mil, e as mulheres passaram a representar 33,9% desse total. Em julho de 2004, foi registrada a maior participação feminina na Administração Pública, 42,9%. Contudo, no GDF, a participação das mulheres, nesse período, ficou em 29,9%.

Como podemos ver, a Administração Pública, tanto federal como do GDF, não deixou de ser predominantemente masculina nesse período de 12 anos, apesar do crescimento das contratações. Mas houve um pequeno aumento da participação feminina, e esse pequeno crescimento chama mais atenção por outros fatores, como veremos.

2 - O crescimento dos rendimentos

Embora, no geral, a renda das mulheres seja bastante inferior à dos homens, conforme apontado na nossa **Introdução**, na Administração Pública a situação é diferente, pois, mesmo havendo diferença entre os rendimentos dos dois sexos, há características que não encontramos nos outros setores.

No caso da Administração Pública do GDF, observamos as mulheres recebendo em torno de 92,2% do que os homens recebiam em 1992, quando, no montante geral dos ocupados no Distrito Federal, as mulheres recebiam 68,9% dos rendimentos masculinos. Nos anos seguintes (até 1996), a situação chama ainda mais atenção, pois, enquanto na média as mulheres continuavam recebendo menos de 70% dos rendimentos dos homens, as trabalhadoras do GDF tinham renda superior à dos seus colegas do sexo masculino. Em 1993, os homens do GDF receberam 91,5% dos rendimentos das mulheres; em 1994, receberam 82,7%; em 1995, 88,8%; e 97,4% em 1996. No ano de 1997, a situação voltou a inverter-se, com as servidoras do GDF obtendo rendimento equivalente a 92,9% dos rendimentos dos colegas do sexo masculino, situação que perdurou pelos anos seguintes (com exceção de 1999, quando ocorreu algo parecido com 1996) e piorou nos meses do ano 2004, quando as trabalhadoras do GDF obtiveram rendimentos equivalentes a 75,8% dos rendimentos masculinos em maio e 79,4% em julho (dados trimestralizados), quando, no geral, as mulheres receberam 75,0% dos rendimentos auferidos pelos homens nesse mês de julho.

Deve-se ressaltar que os pontos altos onde as mulheres receberam mais do que os homens — em 1996 e 1999 — não significam que tenha havido negociações especiais ou cláusulas que beneficiaram as mulheres, mas apenas que entraram para o aparato burocrático mais mulheres ganhando melhores salários. Esse fenômeno fez com que o salário médio das mulheres aumentasse em relação ao salário dos homens, que permaneceu estável nesses momentos.

³ A PED-DF iniciou suas atividades em 1992.

Já na Administração Pública Federal, o quadro é mais uniforme. Em 1992, a relação entre os rendimentos femininos e os masculinos estava em 88,4%. E permaneceu em torno desse número até 1997, quando as mulheres passaram a ter um rendimento equivalente a 91,2% do masculino. Nos anos seguintes, a relação entre os rendimentos femininos e os masculinos permaneceu nessa faixa. Apenas no último mês pesquisado — julho de 2004 —, as mulheres tiveram rendimento superior ao masculino. Nesse mês, foram os homens que trabalham na Administração Pública Federal que tiveram rendimento equivalente a 90,5% do auferido pelas suas colegas do sexo feminino.

Outros dados da PED demonstraram que, de maneira geral, os cargos de chefia não são ocupados por mulheres, mas, sim, por homens, em sua maioria. Assim, mesmo que os rendimentos femininos estejam mais elevados em relação aos rendimentos masculinos, ainda não se pode dizer que essa mudança no quadro de rendimentos se deva à ocupação de cargos mais elevados.

3 - Família

Em sua maioria, as mulheres da Administração Pública Federal e do GDF ocupam a posição de esposas e filhas nas famílias. As mulheres que são chefes de família, ou seja, que têm para si a responsabilidade maior por prover o núcleo familiar, são em número bastante inferior aos homens.

Na Administração Pública Federal, no ano de 1992, o número de mulheres que ocupavam a posição de chefe na família constituía 19,6% do total de homens chefes de família. No anos seguintes, essa relação ficou em torno de 20,0%. Em 2001, as chefes de família representavam 25,8% do número de homens nessa posição e, em 2002, chegaram a representar 28,5%. Em agosto de 2004 (último dado registrado), esse percentual estava em 29,8%.

Na Administração do GDF, o quadro é ainda mais desvantajoso para o sexo feminino. Em 1992, o número de mulheres chefes de família representava 12,8% do total de chefes do sexo masculino. Esse percentual caiu para 9,8% no ano posterior, subindo pouco nos anos seguintes, até atingir 14,9%. Em 2000, as chefes de família representavam 20,0% do total de homens na posição de chefe. E o último dado coletado — em agosto de 2004 — mostrou que as mulheres que ocupam o cargo de chefe de família continuam sendo minoria, pois são 20,1% do total de homens na mesma posição.

Em relação ao tamanho das famílias, as mulheres com filhos, que trabalham na Administração Pública, têm, em sua maioria (mais de 94%), famílias pequenas, com um ou dois filhos. Os dados que apontam número de filhos maior do que dois não são representativos. Isso se aplica tanto às mulheres que são chefes de família como àquelas que ocupam outra posição no núcleo familiar.

4 - Outras características

De maneira geral, as mulheres apresentam alto nível de escolaridade nos dias atuais. Na Administração Pública Federal, o número de mulheres com nível superior completo excede 50%, e as com ensino médio completo estão em torno de 25%. Entre os homens, o nível de escolaridade é um pouco mais baixo. O percentual deles com nível superior varia em torno de 40%; e o com ensino médio completo, em torno de 30%.

Na Administração do GDF, o nível de escolaridade feminino também é, atualmente, maior que o masculino. Em torno de 35% das mulheres têm nível superior completo, e, com segundo grau completo, há também em torno de 35% das mulheres. Entre os homens, aproximadamente 15% têm nível superior completo; cerca de 10%, nível superior incompleto; e em torno de 30%, o nível médio.⁴

⁴ Os demais níveis de instrução não alcançaram consistência.

A faixa etária subiu bastante para os dois sexos desde 1992. Quando a PED foi criada, em 1992, a maioria dos trabalhadores da Administração Pública Federal, homens e mulheres, estava na faixa de 25 a 39 anos. Atualmente, a maioria tem mais de 40 anos, embora haja um número grande de pessoas naquela faixa etária (25 a 39 anos) e também entre 18 e 24 anos (principalmente entre os homens). Já no GDF, a faixa etária mais representativa é a de 25 a 39 anos. Esse perfil era assim há 12 anos e permanece até hoje. Como aumentou o número de trabalhadores, tanto no GDF quanto na Administração Federal, é certo que esses jovens são todos oriundos de novos concursos. Aliás, Brasília é conhecida, não sem razão, como a “cidade dos concursos”, porque os cargos públicos representam para a população um emprego estável e uma alta renda. Em torno disso, criou-se uma verdadeira “indústria dos concursos”, com a instalação de um sem-número de cursinhos e a venda de material de estudo (apostilas e livros).

Em relação à carga horária, podemos afirmar que a maioria dos trabalhadores da Administração Pública (federal e GDF) tem jornada de trabalho de 40 horas semanais ou mais: em torno de 70% dos homens da Administração Federal e 55% dos homens do GDF; e 65% das mulheres da Administração Federal e 55% das do GDF. Outra parte menor trabalha em torno de 30 horas: no caso dos homens, cerca de 15% na Administração Pública Federal e 25% no GDF; no caso das mulheres, em torno de 20% na Administração Pública Federal e cerca de 30% no GDF. A maioria dos trabalhadores da Administração Pública declarou que se dedica apenas ao serviço público, não tendo outra ocupação remunerada ou não remunerada.

5 - Cor

No Distrito Federal, a população negra é numericamente superior à população não negra, sendo, atualmente, em torno de 65% de negros e 35% de não negros.

Mesmo com essa superioridade numérica, as pessoas de cor negra não ocupam a maioria dos cargos na Administração Pública, o que revela a baixa escolaridade e o difícil acesso dessa população aos empregos mais bem remunerados. Essa é a situação dos negros em todo o País. A maioria dessas pessoas vive em situação precária, sendo os mais atingidos pelo desemprego e pelo analfabetismo. Essa herança do período de escravidão e de uma abolição da escravatura combinada com uma lei de terras que favoreceu os ricos latifundiários e confinou os negros nas favelas é sentida, até os dias de hoje, em todos os níveis da sociedade. Para os negros, o acesso à educação é mais difícil devido à sua condição de pauperização secular. São poucos os que conseguem concluir o ensino médio, e menor ainda é o número deles que alcança concluir a universidade. O efeito dessa exclusão é que a população negra tem poucas chances de ocupar os cargos mais bem remunerados, que exigem a prestação de concursos públicos.

No caso das mulheres negras, cuja exclusão é dupla, por serem negras e do sexo feminino, a situação é a seguinte: em 1992, apenas 23,9% das mulheres que trabalhavam na Administração Pública Federal eram de cor negra; os outros 76,1% eram de não negras. No GDF, as mulheres negras eram 31,0% do total de ocupadas.

Nos anos seguintes, a situação melhorou um pouco, com as mulheres de cor negra representando 47,0% do total de mulheres na Administração Federal e 51,3% (ou seja, a maioria) das mulheres no GDF, em 2002.

No início deste século XXI, as mulheres negras já são em número maior que as mulheres não negras na Administração Pública Federal e no GDF, com 53,5% e 54,3% respectivamente (mês de agosto de 2004).

Contudo, se levarmos em consideração que os negros representam quase o dobro do número de não negros no Distrito Federal, podemos dizer que a situação das mulheres negras ainda é de exclusão no que diz respeito aos cargos públicos.

Conclusão

A situação das mulheres na Administração Pública, no Distrito Federal, mudou nos últimos 12 anos. Apesar de as mulheres ainda serem em número menor do que os homens nesses órgãos da burocracia estatal, já estão igualando sua situação em relação aos rendimentos e ao acesso à escolaridade (nesse caso, superam os colegas do sexo masculino) e, também, ainda que devagar, sua situação na família.

Mas, ainda assim, apesar das mudanças ocorridas na mentalidade dos brasileiros em relação ao trabalho feminino remunerado, ainda é preciso avançar muito para podermos um dia dizer que há, de fato, igualdade de oportunidades para os dois sexos e que não há discriminação de gênero (e cor, principalmente) no nosso país.

As mulheres, no Distrito Federal, vislumbram a possibilidade de mobilidade social e estabilidade através dos concursos públicos. Os altos salários pagos pela Administração Pública, Federal ou do GDF fazem com que os rendimentos das mulheres se aproximem aos dos homens. A Constituição brasileira proíbe a prática discriminatória; entretanto, as mulheres ainda não conseguiram ocupar, de forma geral, altos cargos, como de diretor, por exemplo.

Tabela 1

Participação das mulheres negras na Administração Pública Federal do GDF — 1992-04

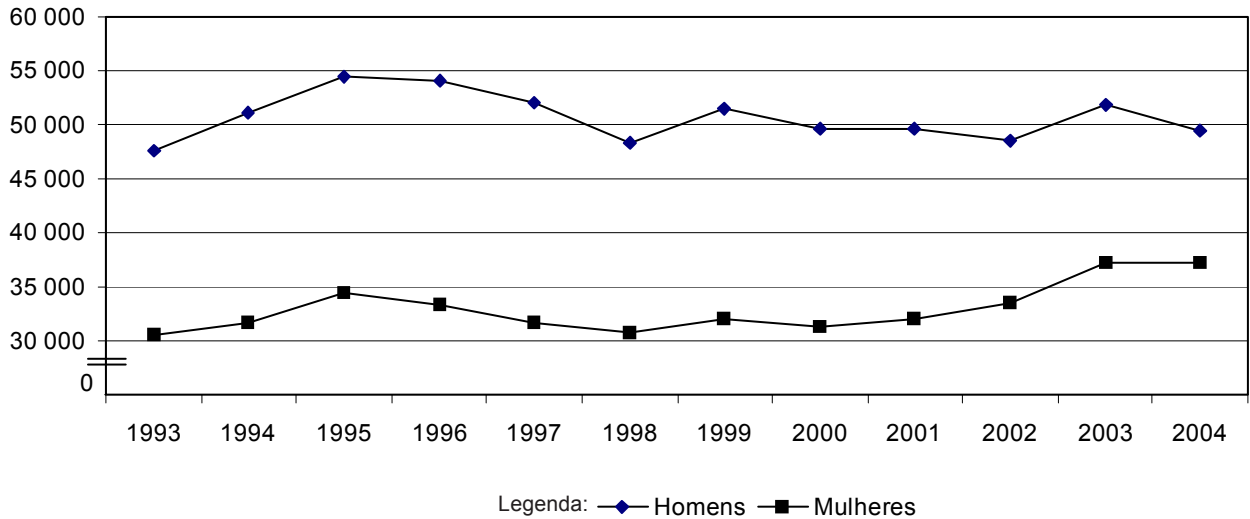
ANOS	COR	ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	ADMINISTRAÇÃO GDF
1992	Negra	3 156	1 977
	Não negra	10 057	4 405
1993	Negra	7 758	3 851
	Não negra	22 872	8 621
1994	Negra	8 097	3 840
	Não negra	23 523	8 938
1995	Negra	11 219	4 964
	Não negra	23. 79	7 688
1996	Negra	11 807	5 415
	Não negra	21 601	7 503
1997	Negra	13 117	7 174
	Não negra	18 555	7 690
1998	Negra	16 109	8 642
	Não negra	14 666	5 592
1999	Negra	14 908	7 259
	Não negra	17 099	7 217
2000	Negra	13 789	10 726
	Não negra	17 546	9 343
2001	Negra	15 003	9 980
	Não negra	17 097	9 462
2002	Negra	16 040	9 021
	Não negra	17 454	8 549
2003	Negra	18 254	6 027
	Não negra	20 256	8 920
2004	Negra	19 435	8 488
	Não negra	18 404	6 978

FONTE: PED-DF - Convênio STDH/GDF, DIEESE e SEADE-SP.

Gráfico 1

Participação dos sexos na Administração Pública Federal brasileira — 1993-04

Número de ocupados

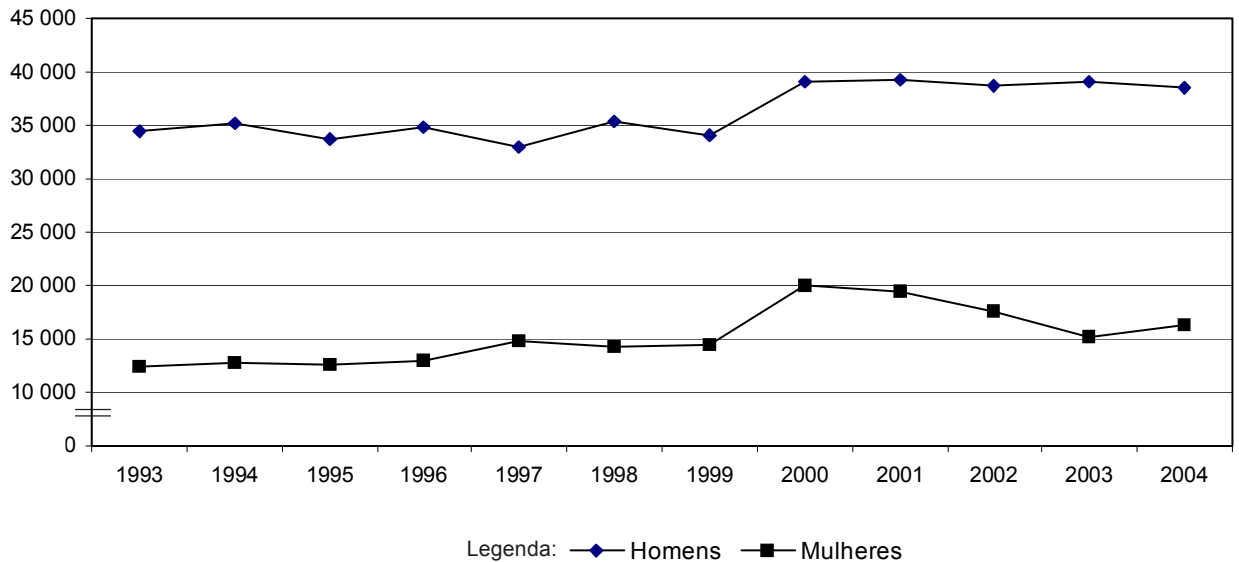


FONTE: PED-DF - Convênio STDH/GDF, DIEESE e SEADE-SP.

Gráfico 2

Participação dos sexos na Administração Pública do GDF — 1993-04

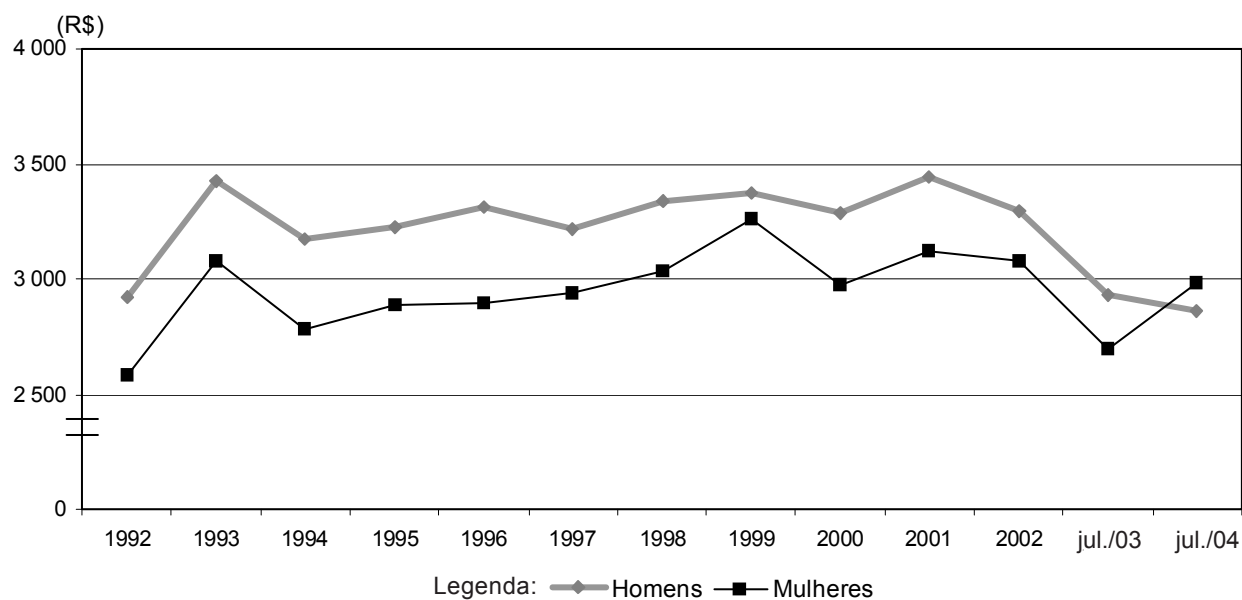
Número de ocupados



FONTE: PED-DF - Convênio STDH/GDF, DIEESE e SEADE-SP.

Gráfico 3

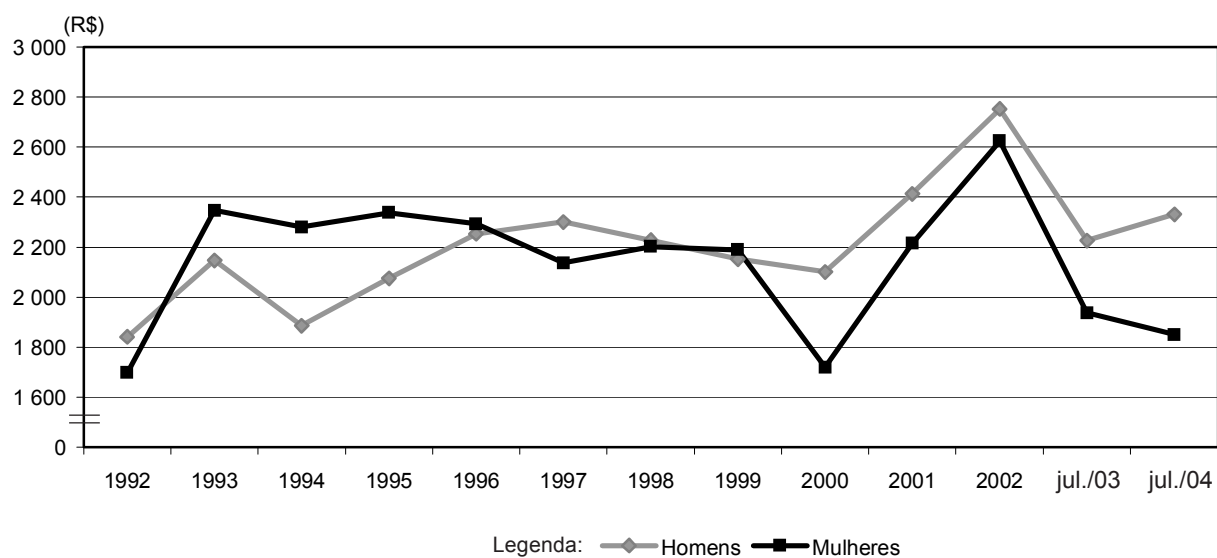
Rendimentos, por sexo, na Administração Pública Federal brasileira — 1992/04



FONTE: PED-DF - Convênio STDH/GDF, DIEESE e SEADE-SP.

Gráfico 4

Rendimentos, por sexo, na Administração Pública do GDF — 1992/04



FONTE: PED-DF - Convênio STDH/GDF, DIEESE e SEADE-SP.

Referências

DISTRITO FEDERAL. Secretaria do Trabalho. **Pesquisa de emprego e desemprego do Distrito Federal:** tabulações especiais. Brasília, set. 2004. Disponível em: <http://www.trabalho.df.gov.br/pesq/ped/index.htm>

SANCHES, Solange. As condições sociais básicas das famílias chefiadas por mulheres. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, FEE, v. 2, p. 151-154, mar. 2002.